



POLÍTICA PRÁTICA

**EVERTON MACIEL
SERGIO CORRÊA
TIARAJU ANDREAZZA**
(ORGANIZADORES)

Sergio Fernando Maciel Corrêa
Tiaraju Molina Andreazza
Everton Miguel Puhl Maciel
(Orgs.)

POLÍTICA PRÁTICA

Macapá
UNIFAP
2020

Copyright © 2020, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento: Msc. Luciana Santos Ayres da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof.ª Dr.ª Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

C823p

Política Prática / Sergio Fernando Maciel Corrêa, Tiaraju Molina
Andreazza e Everton Miguel Puhl Maciel (organizadores) - Macapá:
UNIFAP, 2020.

344 p.

ISBN: 978-65-990110-0-9

1. Política. 2. Direito. 3. Sociedade. I. Everton Miguel Puhl Maciel.
II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 320

Capa e contracapa: Douglas Dilly Both, com foto Austrian Parliament Athena

Diagramação: Fernando Castro Amoras



Editora da Universidade Federal do Amapá

www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos organizadores. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As imagens, ilustrações, opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
A POLÍTICA DOS SEM-EDUCAÇÃO: PLATÃO CHAMADO DE VOLTA À CAVERNA	07
Cesar de Alencar	
LIBERALISMO E CONSERVADORISMO NAS REDES SOCIAIS: BESOUROS EM CAIXAS	43
Celina Alcantara Brod	
REDUZINDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS: AS CAPACIDADES NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA HUMANA	65
Rodrigo Reis Lastra Cid	
O “ESTATUTO DO DESARMAMENTO” COMO TRIPÉ IMPEDITIVO DO DIREITO DE SE DEFENDER: UMA ANÁLISE LIBERAL, LEGAL E COMERCIAL	97
Everton M. P. Maciel e Tiaraju Andreazza	
EMERGÊNCIAS E PROVENIÊNCIAS DA BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT	125
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler e André Dias	
A CONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA DE UMA SUBJETIVIDADE ÉTICO-POLÍTICA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT	147
Sergio Fernando Maciel Corrêa	
DA RESISTÊNCIA À DESOBEDIÊNCIA: UMA INTRODUÇÃO DE UM DIREITO POLÍTICO	167
Lucas Duarte Silva	
POLÍTICA E CULTURA: DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS	189
Sônia Schio	

ELOGIO DA POBREZA E CRÍTICA AO CAPITALISMO COMO RELIGIÃO	207
Daniel Arruda Nascimento	
O GOVERNO DA EDUCAÇÃO E A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA: A EDUCAÇÃO COMO PROBLEMA POLÍTICO NO DEBATE ENTRE O LIBERALISMO E O COMUNITARISMO	227
Marcos Rohling	
POLÍTICAS DEL RECONOCIMIENTO Y MUJERES LESBIANAS	257
María José Clavo Sebastián, Olaya Fernández Guerrero , Remedios Álvarez Terán e María Ángeles Goicoechea Gaona	
THE MORAL CRISIS: THE RESPONSIBILITY OF MANAGERS OF FINANCIAL INSTITUTIONS AND THE ARGUMENT FROM INEVITABILITY	287
Ramiro de Ávila Peres	
LA DÉSIGNATION DES PARTIS POLITIQUES. LE CAS DE LA TUNISIE APRÈS LE 14 JANVIER 2011	309
Hela Saidani	
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE VERDADE, POLÍTICA PRÁTICA E <i>FAKE-NEWS</i>	325
Tiziana Cocchieri	

APRESENTAÇÃO

A presente obra apresenta um percurso teórico e prático, entrecruzando temas e autores que são imprescindíveis para a reflexão e a ação na contemporaneidade. Dotada de uma vitalidade que permite ao pensamento deter-se nos mais diversos campos: filosofia, política, religião, economia, educação e comunicação, para apontar alguns, extrai daí os aspectos que possibilitam à filosofia exercitar sua vocação mais marcante: a vocação para a prática.

É com esta intenção fundamental que as tradições filosóficas são acompanhadas pela leitura da realidade atual, enriquecendo e alimentando os múltiplos caminhos do trabalho teórico. Teoria e prática são, assim, os pontos conexos deste livro.

Pode-se considerar este trabalho, ainda, um esforço para promover o diálogo entre diversos ramos do conhecimento e áreas da prática acadêmica e reflexiva, ultrapassando os limites interpretativos desta ou daquela escola de pensamento. O que se encontra, no início, meio e fim, é uma genuína atividade de expansão da reflexão e da prática filosófica, forçando-as a olhar para a realidade e redimensionar sua atuação.

Outro aspecto importante com o qual se depara na leitura dos textos que compõem este livro é a sua forma e estilo. Nele encontramos a preocupação com o contexto da prática reflexiva, situando temas e problemas que ampliam as perspectivas e nos remetem ao mundo no qual nos vivemos. Da experiência *do* mundo à experiência reflexiva *sobre* o mundo, não se subtrai ao embate sempre possível com os críticos e, ao mesmo tempo, encontra na crítica um pressuposto e uma dinâmica incontornável em um trabalho de semelhante fôlego.

Os organizadores da obra tiveram, desse modo, a atenção e o cuidado de circunscrever os âmbitos de competência teórica de cada colaborador, mantendo, inclusive em língua original, as contribuições internacionais.

Com este livro os leitores hão de se deparar com uma contribuição altamente significativa para a reflexão atual, que enriquecerá seu repertório

intelectual, além de situá-los no horizonte universal e, ao mesmo tempo, circunscrito, que é o mundo atual: global e local, munidos de um exame acurado e revitalizado, seja pela linguagem utilizada, seja pela escolha dos problemas que assinalam, analisam e criticam.

Prof. Dr. Mauro Cardoso Simões
Trivoli, Roma, novembro de 2019.

LA DÉSIGNATION DES PARTIS POLITIQUES. LE CAS DE LA TUNISIE APRÈS LE 14 JANVIER 2011¹

Hela Saidani²

Introduction

Ce travail s'inscrit dans le cadre de l'analyse critique du discours et plus particulièrement du nom propre en discours³, servant à désigner les partis politiques tunisiens après la Révolution du 14 janvier 2011.

Notre corpus se compose d'une liste de 129 noms de partis politiques tunisiens postrévolutionnaires (2011 et 2012)⁴, un choix qui ne s'est pas fait selon leur notoriété, mais par rapport à la dimension critique que peut revêtir notre étude par le biais de ceux-ci. Notre travail se base sur des désignations⁵ qui fonctionnent comme des noms propres. L'analyse porte sur la sélection des constituants que la langue met à la disposition des usagers, lors de l'acte de désignation⁶, et sur les règles de combinaisons permises entre les constituants choisis.

Par ailleurs, notre perspective est synchronique, mais nous appellerons à la diachronie pour répondre à quelques questions fondamentales relatives à la désignation politique en Tunisie.

Notre travail est structuré de la manière suivante. Nous parlerons brièvement de la situation politique en Tunisie avant et après la Révoluti-

¹ Ce travail est une version améliorée de notre mémoire de Mastère, soutenu le 28 novembre 2015 : Saidani, H., (2015).

² Hela SAIDANI est titulaire d'un Mastère de recherche en linguistique générale de l'Université de Carthage. Actuellement, elle prépare sa thèse de doctorat en cotutelle en linguistique entre l'Université de Carthage et Université de Cadix; hela.saidani@alum.uca.es

³ Gary-Prieur, 1991 ; Lecolle et *al*, 2009 ; Leguy, 2012 ; Hilgert, 2016.

⁴ Nous avons obtenu la liste de l'encyclopédie Wikipédia (https://fr.wikipedia.org/wiki/Partis_politiques_tunisiens#Partis_post-r%C3%A9volutionnaires consulté le 02 avril 2019) et nous avons consulté par la suite les pages officielles de chaque parti.

⁵ Nous employons, dans cet article, les termes *désignation* et *dénomination* indifféremment.

⁶ Nous renvoyons ici à ce que Gary-Prieur appelle « acte de baptême » (Gary-Prieur, 1994 et 2009).

on de 2011. Par la suite, nous nous intéresserons au nom propre politique tunisien. Le troisième axe traitera de la désignation politique en Tunisie. Le dernier axe est une tentative d'interprétation de la désignation des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires. Dans cette partie, nous étudierons la traduction des noms des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires, nous verrons les raisons de l'acceptation ou du refus de traduire les noms des partis et nous essayerons enfin de trouver les sens en discours dans le système de traduction des noms des partis politiques.

Un bref historique de la situation politique en Tunisie pré-révolutionnaire et post-révolutionnaire

Sous le protectorat français, la scène politique tunisienne ne compte que cinq partis autochtones, émergés dans le but de libérer le territoire tunisien de l'impérialisme:

- Le mouvement réformateur des *Jeunes Tunisiens*;
- Le *Destour*;
- Le *Parti Libéral Constitutionnel* (PLC);
- Le *Parti Réformiste Destourien* (PRD);
- Le le *Néo-Destour*.

De l'Indépendance en 1956 jusqu'aux années 2000, c'est-à-dire sous les gouvernements des présidents Habib Bourguiba⁷ et Zine el-Abidine Ben Ali⁸, neuf partis politiques manifestent une concurrence pour accéder au pouvoir:

- Le *Parti Socialiste Destourien* (PSD);
- Le *Mouvement de l'Unité Populaire* (MUP);
- Le *Mouvement des Démocrates Socialistes* (MDS);
- Le le *Mouvement de la Tendance Islamique* (MTI);

⁷ Bourguiba est le premier président de la République tunisienne. Il a gouverné le pays pendant 30 ans à partir de 1957.

⁸ Ben Ali est le deuxième et dernier président de la République tunisienne avant la Révolution de 2011. Il a gouverné la Tunisie pendant 23 ans à partir de 1987, suite à un coup d'état pour renverser le président Bourguiba et accéder au pouvoir.

- Le *Parti de l'Unité Populaire* (PUP);
- Le *Parti Démocrate Progressiste* (PDP);
- Le *Parti Communiste des Ouvriers de Tunisie* (PCOT);
- Le *Rassemblement Constitutionnel Démocratique* (RCD);
- Le *Congrès pour la République* (CPR).

Pendant la période qui précède juste la Révolution, le pays ne compte que cinq partis légalisés et ce, sous le gouvernement de Ben Ali.

Le 17 décembre 2010, un jeune chômeur marchand ambulant, Mohamed Bouazizi, met fin à ses jours en s'immolant en plein jour par le feu, considérant que la mort est la seule issue de s'exprimer et ainsi de revendiquer ses droits.

La situation politique en Tunisie connaît un changement sans précédent après la Révolution du 14 janvier 2011. Effectivement, les partis politiques tunisiens légalisés de la Colonisation (1881) jusqu'à la Révolution (2011) ne sont pas très nombreux⁹, tandis qu'aux lendemains de la Révolution, 129 partis politiques voient le jour¹⁰. Nous pensons que cette explosion dans le nombre des partis deux ans après la Révolution¹¹ mérite une étude syntaxique, utile pour trouver les nouvelles *routines désignationnelles*, et une étude discursive, afin de trouver les sens de ces désignations en discours.

Le nom propre politique tunisien

Vu le nombre considérable des partis postrévolutionnaires, nous observerons le fonctionnement des 129 noms des partis tunisiens en 2011 et en 2012 et nous relèverons les régularités propres aux désignations politiques en Tunisie qui sont des noms propres bien particuliers, car on re-

⁹ MARTIN, 2003, p. 7.

¹⁰ Pour une démographie estimée à 10,7 millions: <http://www.ins.tn/sites/default/files/publication/pdf/tec-newform-51-web%20%281%29.pdf> consulté le 22 avril 2019.

¹¹ Notons qu'une quarantaine de partis politiques tunisiens a vu le jour entre 2013 et 2016 (https://fr.wikipedia.org/wiki/Partis_politiques_tunisiens#Partis_post-r%C3%A9volutionnaires consulté le 28 avril 2019) mais notre étude porte seulement sur les noms des partis politiques tunisiens de 2011 et de 2012.

marque le passage d'une structure syntaxique libre vers un figement¹² lexical qui donne un nom propre. Nous prenons, à titre d'exemple, l'un des noms des partis politiques figurant dans notre corpus, *Parti Républicain Maghrébin*, où *parti* est un nom commun, *républicain* est un adjectif, et *maghrébin* est également un adjectif. L'autre spécificité des noms propres politiques dans notre corpus, c'est que les noyaux nominaux des désignations politiques excluent les relatives, les complétives et les adjectifs qualificatifs. Ainsi, les expansions dans la désignation politique en Tunisie sont le syntagme nominal, le syntagme prépositionnel (seulement avec les prépositions *de* et *pour*) et l'adjectif relationnel.

Il convient également de préciser qu'il y a une restriction dans la désignation des partis politiques, outre les pratiques discursives de la désignation des partis politiques qui défendent l'utilisation d'expansions autres que les adjectifs relationnels, les syntagmes prépositionnels et les syntagmes nominaux. Il s'agit de la loi d'organisation des partis politiques en Tunisie qui stipule que « la dénomination du parti doit être différente de celle des autres partis légalement constitués »¹³. La désignation dépend donc d'une désignation déjà existante et notre corpus, effectivement, ne contient aucun nom de parti politique identique à l'autre.

Dans les recherches que nous avons effectuées sur les 129 noms de partis qui constituent notre corpus¹⁴, nous avons voulu savoir quelle était la structure syntaxique la plus fréquente dans la désignation des partis politiques en Tunisie et il s'est avéré que la séquence [N + SP] (72 désignations sur 129) était la plus régulière (*Parti de la réforme*, *Mouvement de la vertu*, *Parti de la modernité*, *Parti des travailleurs* etc.), suivie de la structure [N + Adj] (33 désignations sur 129), moins régulière (*Parti de la culture et du travail*, *Parti de la justice et du développement*, *Parti de l'équité et de l'égalité*, *Parti de la réforme et de la transparence*, etc.), et enfin la structure [N + N] (24 désignations sur 129), la moins fréquente (*Parti Tunisie verte*, *Parti originalité et progrès*, *Parti pactes et stratégies de développement* etc.).

¹² PAVEAU, 2006.

¹³ Journal Officiel de la République Tunisienne, 2011, 1974.

¹⁴ Nous avons eu recours aux deux menus *tableau croisé dynamique* et *sous-totaux* du tableur Excel qui nous ont permis d'obtenir les statistiques de chaque classe grammaticale.

La désignation des partis politiques tunisiens

Le nom d'un parti politique est généralement composé d'un substantif collectif¹⁵ (Parti, Mouvement, Congrès, Union etc.), d'un qualificatif désignant¹⁶ (démocrate, libéral etc.) et d'un qualificatif localisant¹⁷ (tunisien)¹⁸. Cette séquence ternaire est schématisée par la structure [ABC]. Nous retrouvons dans notre corpus des noms de partis qui suivent le schéma susmentionné (Parti libéral tunisien, Parti républicain maghrébin, Front national tunisien, Mouvement réformateur tunisien etc.). Toutefois, les noms des partis politiques dans notre corpus peuvent également être structurés différemment¹⁹. Nous retrouvons des noms qui suivent le schéma [ACB] (Parti tunisien de la nation, Parti tunisien de la prospérité, Mouvement tunisien de l'action maghrébine etc.) mais aussi d'autres structures comme [AB] (Parti socialiste, Parti républicain, Union néo-bourguibienne etc.), [ABB] (Congrès démocratique social, Courant libéral réformateur etc.). Nous retrouvons en fait différentes structures y compris celles où les noms des partis ont subi une ellipse au niveau du substantif collectif (Al Majd²⁰, Afek Tounes²¹, Al Assalah²², Al Amen²³, Verts socialistes maghrébins, La Tunisie de demain etc.). Dans le dernier cas –

¹⁵ Qualifié également de « générique », étant le résultat non seulement de sa répétition consécutive, mais aussi de son sens regroupé.

¹⁶ Les *qualifiants désignants* servent à cerner l'orientation politique des partis.

¹⁷ Les *qualifiants localisants* sont la plupart du temps des adjectifs ou des syntagmes prépositionnels qui renvoient au pays dans lequel le parti est créé et closent le nom entier du parti.

¹⁸ Nous nous inspirons ici largement de Tournier (1981) qui, ayant comme support les noms des partis français au début de la III^e République, recourt à un classement qui part du plus évident au moins évident, c'est-à-dire du moins complexe vers le plus complexe et le plus profond. Tournier rend compte des régularités structurelles dans la désignation des partis politiques français, dans son cas, et répartit ce qu'il appelle *séquence ternaire* en trois positions notées A, B et C, considérant, dans la désignation politique, que A est un *substantif collectif désignationnel*, B, un *qualifiant désignant* et C, un *qualifiant localisant* et il donne l'exemple du *Parti ouvrier français*.

¹⁹ Sans entrer dans les détails des régularités se rapportant à la désignation politique que Tournier a largement énumérées en voulant élaborer une grammaire relative aux dénominations des partis politiques français de 1879 à 1905, nous nous contenterons d'énumérer brièvement les séquences relatives à notre corpus.

²⁰ *La gloire* (traduction suggérée).

²¹ *Perspectives de la Tunisie* (traduction suggérée).

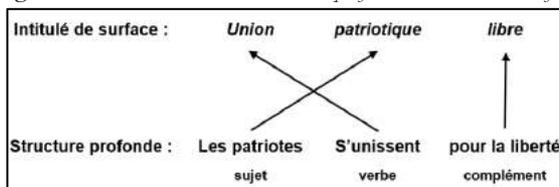
²² *L'authenticité* (traduction suggérée).

²³ *La sécurité* (traduction suggérée).

l'ellipse –, les noms regroupeurs²⁴ tels que parti, mouvement, union etc. ont été élidés sans pour autant nuire à la configuration de la désignation des partis politiques tunisiens étant donné qu'il est possible d'élider tous les substantifs collectifs déjà existants dans la désignation des partis politiques tunisiens (Mouvement de la jeunesse libre de Tunisie → ∅ La jeunesse libre de Tunisie ; Mouvement de l'unité populaire → ∅ L'unité populaire etc.). Cependant, nous avons remarqué que si le nom regroupeur est élidé, l'article défini reste et précède le nom qui prend la place du substantif collectif.

En outre, nous postulons que la désignation des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires est le résultat d'une transformation de la nominalisation d'une phrase, voire la condensation d'un discours programmatique tout entier²⁵. Nous prenons à titre d'exemple la désignation Union patriotique libre qui est la structure de surface ou, comme le dit Tournier, l'intitulé de surface²⁶. La structure profonde de la désignation Union patriotique libre serait Les patriotes s'unissent pour la liberté comme le montre le schéma suivant:

Figure 1 : Schéma illustrant la structure profonde et l'intitulé de surface



Source : Élaboration personnelle

La même opération se vérifie pour d'autres noms dans notre corpus (Parti du travail patriotique et démocratique, Union des forces citoyennes tunisiennes etc.).

Nous supposons également que les désignations des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires qui constituent l'objet de notre étude sont

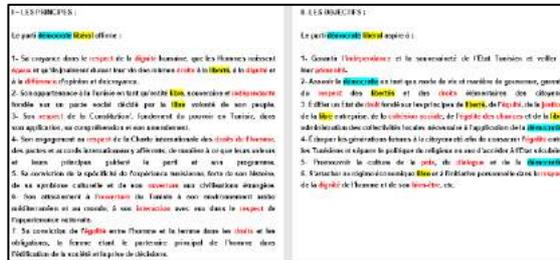
²⁴ Dans ce travail, nous utiliserons le terme *nom regroupeur* pour désigner le nom régent (Cf. *Substantif collectif*, Tournier, 1981).

²⁵ KÄSPER, 2009.

²⁶ TOURNIER, 1981.

des mots comme condensé idéologique²⁷. Les deux qualificants démocrates et libéral dans la désignation du parti politique tunisien Parti démocrate libéral tunisien, que nous prenons à titre d'exemple dans la figure qui suit, se retrouvent dans le programme du parti lui-même publié sur internet²⁸. La capture d'écran ci-dessous est le programme du parti susmentionné:

Figure 2 : Extrait du programme du Parti Démocrate Libéral Tunisien



Source : Programme du Parti Démocrate Libéral Tunisien

On voit clairement que l'adjectif *démocrate*, surligné en bleu, et l'adjectif *libéral*, surligné en jaune, dominent le programme, et les mots en rouge dont certains se répètent renvoient, voire appuient les deux termes idéologiques. Ces deux qualificants du nom regroupeur portent la mémoire d'une idéologie et résument un positionnement politique.

La désignation des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires suit une syntaxe bien déterminée. Elle apparaît dans le paradigme des noms, respecte les mêmes critères du simple nom (éventuellement précédé d'un déterminant, suivi d'expansions etc.) mais surtout, les éléments qui s'y trouvent (Nom regroupeur, qualificant, localisant etc.) subsument le programme, comme nous l'avons vu avec le *Parti démocrate libéral tunisien*. Ainsi la désignation du parti politique serait un type particulier de discours qui se caractérise par le phénomène de résomption, réduisant au maximum le nombre de mots.

Enfin, les noms des partis politiques qui constituent l'objet de notre recherche sont des noms propres bien particuliers parce qu'ils sont com-

²⁷ PAVEAU, 2009.

²⁸ https://www.facebook.com/pg/Parti-d%C3%A9mocrate-lib%C3%A9ral-Tunisien-114630625280153/about/?ref=page_internal consulté le 20 avril 2019.

posés, la plupart du temps, de noms communs. Or à la différence de ces derniers, les noms des partis n'acceptent pas le pluriel:

Le Congrès pour la République → *Les Congrès pour la République

Le Parti socialiste → *Les Partis socialistes

Au risque de tomber dans un truisme, nous notons ici un blocage au niveau du passage du singulier vers le pluriel vu que le fait de mentionner en discours un parti politique tel que le *Parti socialiste* en Tunisie renvoie seulement au *Parti socialiste* en Tunisie et non pas au *Parti socialiste* d'un autre pays.

Les cooccurrences de *parti* et *mouvement* dans la désignation des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires

Nous avons voulu chercher dans le dictionnaire du logiciel *Antidote*²⁹ les cooccurrences des deux noms regroupés les plus fréquents dans la désignation des partis politiques postrévolutionnaires, *parti* (72 sur 129) et *mouvement* (23 sur 129) afin de savoir si les catégories grammaticales des expansions attribuées à ces noms collectifs correspondent aux expansions les plus fréquentes que le logiciel *Antidote* propose ou s'il existe de nouvelles formes de désignation qui caractérisent la Tunisie postrévolutionnaire³⁰.

Les tableaux ci-dessous rassemblent les statistiques relatives aux cooccurrences des substantifs collectifs les plus fréquents dans la désignation des partis tunisiens postrévolutionnaires, *parti* et *mouvement*:

²⁹ *Antidote*, 2016.

³⁰ Précisons que le mode de fonctionnement d'Antidote est le suivant : « Le dictionnaire des cooccurrences présente l'ensemble des combinaisons lexicales les plus remarquables du mot en vedette, classées selon le contexte syntaxique, la force de cooccurrence et, s'il y a lieu, selon les divers sens du mot en vedette. On entend par combinaison lexicale remarquable deux ou plusieurs mots dont l'association dans la langue est forte, fréquente et spontanée. [...] Le dictionnaire des cooccurrences [...] offre ainsi une liste exhaustive des associations de termes les plus statistiquement fortes, dans tous les contextes syntaxiques intéressants » (*Antidote*, 2016, 79).

Tableau 1 : Parti + adjectif

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
17	178	10	7

Source : élaboration personnelle

Tableau 2 : Parti + nom apposé

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
5	2	0	5

Source : élaboration personnelle

Tableau 3 : Parti + syntagme prépositionnel

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
50	48	13	37

Source : élaboration personnelle

Tableau 4 : Mouvement + adjectif

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
5	129	3	2

Source : élaboration personnelle

Tableau 5 : Mouvement + nom apposé

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
4	0	0	4

Source : élaboration personnelle

Tableau 6 : Mouvement + syntagme prépositionnel

Notre corpus	Antidote	Correspondance	Différence
14	65	2	12

Source : élaboration personnelle

La première colonne de chaque tableau indique le nombre des cooccurrences de *parti* et de *mouvement* dans notre corpus (avec un adjectif, avec un nom apposé et avec un syntagme prépositionnel). La deuxième colonne montre le nombre de toutes les cooccurrences que le logiciel *Antidote* donne depuis sa base de données qui « compte au total 900 000 cooccur-

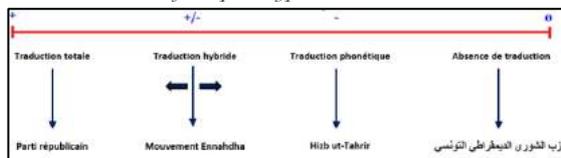
rences avec autant de phrases exemples »³¹ retrouvées dans « un corpus de 4 milliards de mots, ou 200 millions de phrases, tiré de milliers de sources distinctes »³². La troisième colonne donne le nombre des cooccurrences dans notre corpus qui correspondent à celles proposées par *Antidote*³³. La dernière colonne nous expose le nombre des cooccurrences qui ne figurent pas dans la liste des cooccurrences suggérées par *Antidote* mais qui sont présentes dans notre corpus de travail.

Au regard de ces statistiques obtenues, nous remarquons que dans la plupart des désignations politiques tunisiennes postrévolutionnaires, il n'existe pas de forte correspondance avec ce qui est courant (*Parti de la dignité et de l'égalité*, *Parti des forces du 14 janvier 2011*, *Parti de la fidélité pour la Tunisie*, *Mouvement afro-méditerranéen*, *Mouvement du 14 janvier pour le renouvellement* etc.), ce que nous pouvons qualifier dans ce cas de « nouvelle tendance de désignation » propre à un pays qui, à cette période-là, prétendait renaître de ses cendres.

Tentative d'interprétation de la traduction des désignations des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires

La traduction des noms des partis politiques tunisiens nous donne les quatre configurations suivantes:

Figure 3 : Schéma illustratif des quatre types de traduction retrouvés dans notre corpus



Source : Élaboration personnelle

La première configuration (*Parti républicain*) est celle où le locuteur du

³¹ *Antidote*, 2016, 79.

³² *Antidote*, 2016, 22.

³³ Notons que le dictionnaire *Antidote* réserve une liste propre aux cooccurrences idéologiques. Nous n'avons donc pris les statistiques que des cooccurrences à caractère doctrinal.

message décide de traduire totalement le nom du parti politique en français (85% des noms traduits totalement). La deuxième configuration (*Mouvement Ennahdha*) est celle où il est décidé de traduire partiellement le nom du parti en français et de garder la prononciation d'origine de l'autre partie du nom (8%). Il s'agit de ce que nous proposons d'appeler *traduction hybride* où l'on trouve à la fois la langue cible (en français) et la langue source (transcrite en alphabet latin).

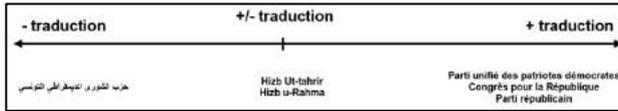
La troisième configuration (*Hiszb Ut-tabrir*) est celle où il est décidé de transcrire le nom du parti lettre par lettre (6%). Autrement dit, la transcription du nom est en alphabet latin, mais la prononciation du nom du parti entier reste dans la langue de départ. Pour la quatrième configuration, nous n'avons trouvé qu'un seul cas, mais qui est, d'ailleurs, très significatif (1%). Il s'agit du parti « *حزب الشورى الديمقراطي التونسي* »³⁴ qui n'existe dans aucune autre langue.

Au regard des quatre configurations que nous avons énumérées, nous pensons qu'une interprétation en termes de communication avec l'Occident s'impose. Évidemment, ce sont nos interprétations, mais il convient de préciser que si la traduction est totale, voire hybride, il y aurait une certaine volonté de dialoguer avec l'Occident. Si la traduction est une simple transcription phonétique ou une traduction absente, il y aurait un refus (quasi)total de communiquer avec l'Occident, voire même avec un monde qui n'est pas arabophone. La volonté de rompre tout dialogue avec l'Occident est constatée à travers le fait que les dirigeants de *Hiszb ut-Tabrir* par exemple refusent de traduire le nom du parti et le transcrivent en gardant la prononciation d'origine. La communication pourrait être établie avec l'Orient, notamment avec la Palestine, la Jordanie etc. pour la simple raison que les désignateurs du parti politique *Hiszb ut-Tabrir* en Tunisie se sont inspirés de la même désignation en Jordanie, fondée en 1953 par Taqiuddin an-Nabhani.

À la lumière de ces interprétations, nous proposons le schéma suivant:

³⁴ *Choura démocrate tunisien.*

Figure 4 : Échelle de quelques noms de partis non traduits, plus ou moins traduits et traduits



Source : Élaboration personnelle

Selon nous, La ‘traduction’ du nom d’un parti politique impliquerait un message non pas adressé au peuple tunisien mais destiné à l’Occident.

Conclusion

Pour conclure, l’objectif de notre recherche a été d’étudier les désignations des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires (2011-2012) qui, en réalité, sont des noms communs, devenus des noms propres par le biais du figement ainsi que de l’antonomase³⁵ qui est en cours de réalisation. Nous avons vu que l’expansion la plus fréquente des noms était le syntagme prépositionnel. Quant à la désignation des partis politiques, il s’agit d’une nominalisation d’une phrase, voire la condensation d’un programme tout entier.

Nous avons démontré par ailleurs qu’il y avait une restriction dans la désignation des partis politiques. En effet, les routines discursives de la désignation des partis politiques interdisent l’emploi des adjectifs qualificatifs, des complétives et des relatives. Seules les expansions suivantes sont utilisées:

- Les syntagmes nominaux;
- Les syntagmes prépositionnels;
- Les adjectifs relationnels.

C’est ce qui fait, à notre sens, la spécificité de la désignation des noms des partis politiques outre le fait que ces derniers n’acceptent pas la pluralisation.

Par ailleurs, en comparant les cooccurrences des noms regroupés les plus fréquents dans la désignation des partis politiques (*parti* et *mouve-*

³⁵ FLAUX, 1991 ; SIBLOT ET LEROY, 2000 ; LECOLLE, 2004 ; LEROY, 2004 ; LEROY, 2005.

ment) avec les cooccurrences courantes que le logiciel *Antidote* propose, nous n'avons pas trouvé une forte correspondance, car il s'agit nouvelles routines de désignation dans un pays qui sort d'une révolution pour abolir l'ancien système. Lesdites cooccurrences pourraient nous permettre de penser la désignation des partis politiques tunisiens autrement. Les désignations qui renvoient à une idéologie forte contiendraient des structures figées. Cela serait dû au fait que ces structures sont, le plus souvent, indissociables dans le contexte politique en général.

Enfin, nous avons tenté d'interpréter la désignation des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires, qui sont un type particulier de discours, en nous intéressant à la traduction. Nous avons fait ressortir l'existence de stratégies discursives destinées à marquer le rapprochement / la distanciation par rapport à la traduction des noms des partis politiques tunisiens postrévolutionnaires pour l'Occident. Les stratégies sont les suivantes:

- Une volonté de dialoguer entièrement avec l'Occident, ce qui correspond aux partis dont les dirigeants ont traduit mot à mot leur désignation;
- Une intention de s'associer partiellement avec l'Occident;
- Un refus de créer des liens avec les Occidentaux, qui correspond aux partis dont la traduction est, en réalité, juste une transcription en caractères latins qu'aucun Occidental n'est capable de décoder;
- Un rejet total d'établir toute relation avec les pays non arabophones. C'est le cas de l'absence de traduction car le parti ne propose que la désignation en arabe.

En définitive, nous pouvons dire que le nom d'un parti politique subsume tout un programme qui vise à rallier les citoyens grâce au choix de termes correspondant à des idéaux, à des aspirations, supposés rassembler le maximum d'adhérents et, surtout, d'électeurs.

Références bibliographiques

- BRUNELLE, E. ; *et al.* Posologie, Guide d'utilisation d'Antidote 9, in *Druide informatique inc*, 2015.
- FLAUX, N. L'antonomase du nom propre ou la mémoire du référent, in *Langue française* n° 92, p. 26-45, 1991.
- GARY-PRIEUR, M. Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?, in *Langue française*, vol. 92, n° 1, p. 4-25, 1991.
- _____. *Grammaire du nom propre*. Paris, Presses Universitaires de France 1994.
- _____. Le nom propre, entre langue et discours, in *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 11 | 2009, mis en ligne le 01 mars 2011, consulté le 19 avril 2019. <<http://journals.openedition.org/cediscor/825>>
- HILGERT, E. Seuils internes du nom propre: un point de vue sémantique, in *Langue française*, n° 190), p. 79-92, 2016.
- Journal Officiel de la République Tunisienne, (2011), <http://www.legislation.tn/sites/default/files/journal-officiel/2011/2011F/Jo0742011.pdf>, Traduction française pour information, Décrets-lois, Décret-loi n° 2011-87 du 24 septembre 2011, portant organisation des partis politiques, <http://www.legislation.tn/sites/default/files/fraction-journal-officiel/2011/2011F/074/TF2011872.pdf>
- KÄSPER, M. Marx dans la presse estonienne "quinze ans après", in *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 11 | 2009, mis en ligne le 01 mars 2011, consulté le 19 avril 2019 <<http://journals.openedition.org/cediscor/800>>.
- LECOLLE, M. Toponymes en jeu: diversité et mixage des emplois métonymiques de toponymes, in *Studii si cercetari filologice*, n° 3, p.5-13, 2004.
- LECOLLE, M; PAVEAU, M; REBOULTOURÉ, S. Les sens des noms propres en discours, in *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], in 11 | 2009, mis en ligne le 12 janvier 2010, consulté le 19 avril 2019. <<http://journals.openedition.org/cediscor/736>>
- LEGUY, C. Noms propres, nomination et linguistique, in CHAVE-DARTOEN, S; LEGUY, C ; MONNERIE, D. *Nomination et organisation sociale*. Paris, Armand Colin, 2012, p.51-81.
- LEROY, S (éd.). Noms propres: la modification, in *Langue française*, n° 146, 2005.
- LEROY, S. De l'identification à la catégorisation. L'antonomase du nom propre en français. Louvain/Paris, Peeters, 2004.
- MARTIN, J. *Histoire de la Tunisie contemporaine. De Ferry à Bourguiba. 1881-1956*. Paris, L'Harmattan, 2003.
- PAVEAU, M. *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.
- Paveau, M. De Gravelotte à Bir Hakeim. Le feuilleté mémoriel des noms de bataille, in *Les Carnets du Cediscor*, v. 11, p. 137-150, 2004.
- SAIDANI, H. La grammaire des désignations des partis politiques: cas de la Tunisie après le 14 janvier 2011, in *Département de linguistique, Institut Supérieur des Langues de Tunis*, Université de Carthage, 2015.
- SIBLOT, P ; LEROY, S. L'antonomase

entre nom propre et catégorisation nominale, in *Mots. Les langages du politique*, n° 63, p. 89-104, 2000.

TOURNIER, M. Des mots en politique. Propos d'étymologie sociale: Vers une grammaire des dénominations socio-politiques, in *Mots. Les langages du politique*, n° 2, p.51-72, 1981.

Webographie

<http://www.ins.tn/sites/default/files/publication/pdf/tec-newform-51-web%20%281%29.pdf> consulté le 22 avril 2019

https://fr.wikipedia.org/wiki/Partis_politiques_tunisiens#Partis_post-r%C3%A9volutionnaires consulté le 02 avril 2019

https://fr.wikipedia.org/wiki/Partis_politiques_tunisiens#Partis_post-r%C3%A9volutionnaires consulté le 28 avril 2019

https://www.facebook.com/pg/Parti-d%C3%A9mocrate-lib%C3%A9ral-Tunisien-114630625280153/about/?ref=page_internal consulté le 20 avril 2019

